

PLANO DE CURSO

Nome do Curso

Comunicação Inclusiva e Atendimento Público de Pessoas de Grupos Minorizados

Docente

Regina Rufino

Mini currículo

Mestre em Ciências pelo Programa de Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo (USP, 2026), com pesquisa focada em métodos mistos e análise de impacto (Diferenças em Diferenças - DiD) sobre ações afirmativas eleitorais e representatividade de gênero e raça. Especialista em Direito Público pela Escola Paulista da Magistratura (EPM, 2007). Graduada em Direito (FMU, 2001) e em Geologia (UNESP, 1990). Ingressou no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP) em 1994, atuou na função de Assessora jurídica (entre março de 2002 e dezembro de 2003), Dirigente do Órgão de Controle Interno (janeiro de 2004 a junho de 2009), Assessora-Chefe de Planejamento Estratégico e de Eleições (de 2009 a junho de 2022), Assistente do Juiz Ouvidor do TRE-SP (de julho de 2011 a janeiro de 2021).

Exerce, desde junho de 2022, o cargo de Secretária de Planejamento Estratégico e de Eleições do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Área responsável pela gestão do planejamento e governança institucionais, planejamento e gestão de eleições ordinárias e suplementares no Estado de São Paulo, gestão de riscos e projetos corporativos e pela coordenação dos trabalhos das áreas de acessibilidade, diversidade, equidade racial, sustentabilidade e inovação.

No Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE/SP), atualmente, ocupa, ainda, as seguintes funções: Conselheira da Escola Judiciária Eleitoral Paulista (EJEP), gestora do Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Equidade Racial, membro da Unidade de Monitoramento das decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (UMF/TRE-SP), Coordenadora do Comitê para a Promoção de Políticas Públicas Judiciais de Atenção às Pessoas Idosas do Poder Judiciário (CIDOSO), membro da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, da Comissão Permanente de Acessibilidade, integra o Laboratório de Inovação e Desenvolvimento Sustentável – SAMPALAB. Além disso, atua na coordenação de Programa de Inclusão Político-Eleitoral, voltado a promover ampla participação de comunidades tradicionais, povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos no processo eleitoral, projeto agraciado com a 2ª colocação no 1º Prêmio Responsabilidade Social do Poder Judiciário e Promoção da Dignidade, Categoria I Responsabilidade Social do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (2024). É co-idealizadora da série "Diálogos Transformadores do TRE-SP" e host de projetos voltados ao enfrentamento das discriminações. Dedicar-se à promoção da participação política de populações vulnerabilizadas, integrando o letramento racial e a acessibilidade comunicacional às políticas de integridade e de governança da Justiça Eleitoral Paulista.

Integrou o Grupo de Pesquisa da Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, na linha Inclusão e Diversidade (2023-2024). Já apresentou palestras sobre os temas integridade, comunidades quilombolas, equidade racial, participação da mulher negra na política. Também é autora e coautora de artigos sobre a participação da mulher negra na política e sobre gestão pública. Atualmente, atua como pesquisadora externa no Opará –

Observatório das Políticas Afirmativas Raciais ((Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf), o qual tem por foco o desenvolvimento de projetos de pesquisa e ações de advocacy focadas nas relações étnico-raciais e na promoção dos direitos humanos.

Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/0744854098231528>

Modalidade

EAD/síncrona, a ser disponibilizado também em formato assíncrono

Carga horária total

3 horas-aula

Público-alvo

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

Número de participantes

Até 500 (aula síncronas);

Vagas ilimitadas (aula assíncrona)

Ementa

A comunicação como instrumento de garantia de direitos e efetivação da cidadania na Justiça Eleitoral. Fundamentos jurídicos e governança da inclusão: a atuação funcional como agente de convencionalidade na promoção da dignidade da pessoa eleitora. Letramento ético e identitário para um atendimento centrado no cidadão e na valorização da pluralidade do corpo funcional. Gestão da integridade do cadastro eleitoral e o impacto das ações afirmativas na representatividade política. Acessibilidade comunicacional e operacional como garantia de autonomia e sigilo do voto.

Justificativa

A legitimidade do processo democrático vincula-se à capacidade da Justiça Eleitoral de acolher a diversidade de seu eleitorado e valorizar a pluralidade de seu corpo funcional. Mais do que administrar procedimentos, este curso foca no atendimento às pessoas em sua pluralidade — incluindo pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas e a comunidade LGBTQIAPN+ — assegurando que a comunicação elimine obstáculos à participação política. Paralelamente, a capacitação reconhece quem atua na linha de frente e na magistratura como beneficiários diretos da comunicação inclusiva: ao dominar ferramentas de letramento ético e linguagem simples, as equipes mitigam riscos de conflitos, reduzem o retrabalho com dados biográficos e promovem um ambiente de trabalho pautado pelo respeito e segurança jurídica. Assim, a comunicação inclusiva consolida-se como uma estratégia de gestão que humaniza o serviço público e fortalece o sentimento de pertencimento de todas as pessoas envolvidas.

Objetivo Geral

Capacitar quem atua na magistratura e nas equipes técnicas da Justiça Eleitoral para oferecer um atendimento público de excelência, inclusivo e acessível, que reconheça a pessoa eleitora

como sujeito de direitos. O curso visa integrar o rigor técnico dos sistemas eleitorais à sensibilidade necessária para acolher as especificidades de cada indivíduo, assegurando que a integridade dos dados biográficos reflita fielmente as políticas de ações afirmativas e garanta o pleno exercício do sufrágio com dignidade e autonomia

Organização e Desenvolvimento

O curso será realizado de forma assíncrona e a metodologia de exposição teórica e análise de situações concretas foram organizadas de forma a propiciar o protagonismo das/dos participantes, para que possam identificar as questões fundamentais relacionadas ao tema.

Material complementar

CEARÁ. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. **Coletânea de acórdãos simplificados**: volume I. Fortaleza: LIODS/TRE-CE, 2024. Disponível em <https://www.tre-ce.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Fevereiro/coletanea-de-acordaos-simplificados-facilita-a-compreensao-de-decisoes-judiciais-do-tre-ce>

RIO GRANDE DO NORTE. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. **A Turma da Teca**: declarar importa! (Campanha de autodeclaração racial). Natal – RN, 2024. Disponível em <https://www.tre-rn.jus.br/comunicacao/noticias/2025/Agosto/tre-rn-lanca-gibi-para-incentivar-autodeclaracao-indigena-e-quilombola>

SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Guia de Boas Práticas para elaboração de documentos e conteúdos acessíveis** São Paulo: SEPLAN/TRE-SP, 2022

SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Dicas para tornar eventos mais acessíveis** São Paulo: SEPLAN/TRE-SP, 2022

SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Linguagem simples – passos rápidos** (Guia atualizado conforme Lei nº 15.263 de 2025) Disponível em https://www.tre-sp.jus.br/institucional/governanca_institucional/arquivo/passos-rapidos-de-linguagem-simples-2026-2/@@display-file/file/Passos%2520rapidos%2520de%2520linguagem%2520simples%25202026%2520%2520%25282%2529.pdf

SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Linguagem simples na prática**: guia destinado ao público interno do TRE-SP. São Paulo: SEPLAN/TRE-SP, 2025. Disponível em https://www.tre-sp.jus.br/institucional/governanca_institucional/arquivo/tre-sp_cartilha_linguagem_simples_na_pratica_2024/@@display-file/file/TRE-SP_CARTILHA_Linguagem_Simples_na_Pratica_2024.pdf

SÃO PAULO. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Cartilha PopRuaJud: orientações para a participação da Justiça Eleitoral nos mutirões de atendimento a pessoas em situação de rua. Disponível em https://www.tre-sp.jus.br/institucional/governanca_institucional/arquivo/tre-sp-cartilha-pop-rua-jud

Sugestões de vídeos e filmes

AMARELO - É tudo pra ontem. Direção: Fred Ouro Preto. Produção: Laboratório Fantasma. Brasil: Netflix, 2020. (90 min).

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. **Série Diálogos Transformadores:** inclusão, diversidade e cidadania. São Paulo: Canal do TRE-SP no YouTube, 2023-2025. Disponível em Canal do TRE-SP no YouTube.

CRIP Camp: revolução pela inclusão (**Crip Camp: A Disability Revolution**). Direção: Nicole Newnham e James LeBrecht. EUA: Netflix, 2020. (108 min).

O TERRITÓRIO (**The Territory**). Direção: Alex Pritz. [S.l.]: Disney+, 2022. (83 min).

PRINCE EA. **O que você vê quando olha para mim? (What do you see when you look at me?)**. YouTube: Prince EA, 2017. Disponível em <https://youtu.be/6XxHn1eCXXo?si=WMqJkrBLZtvuSql->

SUPREMA (**On the Basis of Sex**). Direção: Mimi Leder. EUA: Prime Video, 2018. (120 min).

Atuação e responsabilidade de tutoras e tutores

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

Atuação e responsabilidade de alunas e alunos

Participar das atividades assíncronas, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

Planejamento Pedagógico

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	CH	Recursos	Avaliação
1. Compreender o conceito de Agente de Convencionalidade e sua aplicação na rotina da Justiça Eleitoral.	Módulo 1: Fundamentos Jurídicos e Governança. 1.1. O papel de quem atua na linha de frente como garantidor de direitos. 1.2. Tratados Internacionais (CEDAW e Convenção contra o Racismo). 1.3. A Agenda 2030 e o ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial).	Exposição dialogada com análise de casos reais de repercussão internacional.	45 min	Slides acessíveis	Participação ativa nos debates e reflexão sobre o impacto ético da função.

2. Identificar e mitigar barreiras atitudinais no atendimento a grupos minorizados e em situação de vulnerabilidade.	Módulo 2: Letramento Ético e Identitário. 2.1. Modelo Psicossocial da Deficiência. 2.2. Linguagem Simples e Neutralidade de Gênero na prática funcional. 2.3. Combate ao Etarismo e ao Capacitismo.	Dinâmica de grupo: "Radar de Atitudes" (identificação de preconceitos em falas cotidianas).	45 min	Guia de Boas Práticas (TRE-SP), exemplos de Acórdãos Simplificados (TRE-CE).	Análise qualitativa das substituições de termos em exercícios de redação.
3. Operar os sistemas eleitorais com foco na fidedignidade dos dados de raça, etnia e gênero.	Módulo 3: Inteligência de Dados e Representatividade. 3.1. Qualificação de dados no Sistema ELO (Nome Social, Indígenas, Quilombolas). 3.2. Ações Afirmativas e reflexos no financiamento e contagem de votos.	Laboratório visual: demonstração guiada dos campos condicionais e fluxos do sistema.	45 min	Capturas de tela (Prints) do sistema ELO	Simulação de preenchimento de cadastro complexo com validação imediata.
4. Gerir conflitos logísticos e aplicar recursos assistivos no dia da eleição conforme os	Módulo 4: Metodologia de Gestão Operacional e Acessibilidade.	Ativa: "Sala de Crise 2026". Resolução de desafios	45 min	Mural interativo (físico ou digital) com cenários de	Avaliação Formativa: Verificação da aplicação prática dos conceitos do

protocolos de 2026.	4.1. Superprioridade e 80+ identificação de deficiências ocultas (Cordão de Girassol).	simultâneos e local de devotação.		contingência.	módulo através da resolução assistida do caso "Sala de Crise 2026", com feedback imediato via gabarito comentado durante o debate mediado.
	4.2. Tecnologia assistiva na urna (Avatar de Libras) e apoio logístico.				

Avaliação de reação

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

Crítérios para certificação

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

Bibliografia

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 2026.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021**. Altera a Constituição Federal para estabelecer regras sobre distribuição de recursos do fundo partidário e contagem de votos. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 133, de 22 de agosto de 2024**. Altera a Constituição Federal para dispor sobre a aplicação de recursos em candidaturas de pessoas negras e sobre a reserva de vagas em órgãos partidários. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Lei nº 15.263, de 14 de novembro de 2025**. Institui a Política Nacional de Linguagem Simples no âmbito do Poder Público. Brasília, DF: Presidência da República, 2025.

BRASIL. **Decreto nº 10.932, de 10 de janeiro de 2022**. Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância. Brasília, DF: Presidência da República, 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em 23 fev. 2026.

